

DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA
(Diretor: Prof. Dr. Francisco Borges Vieira)
CADEIRA DE EPIDEMIOLOGIA E PROFILAXIA GERAIS E ESPECIAIS

PRESERVAÇÃO DA SAÚDE NO DECORRER DOS TEMPOS.
PROFISSÃO SANITÁRIA *

FRANCISCO BORGES VIEIRA
Professor catedrático de Epidemiologia e Profilaxia Gerais e Especiais

Senhores alunos:

Uma resolução do egrégio C.T.A. desta Faculdade, tomada na melhor das intenções, mas que irá revelando aos nossos jovens estudantes a idade relativa de seus futuros professôres, estabeleceu que, em rigorosa sucessão, com base na antiguidade de magistério, cada ano, nesta solenidade de aula inaugural, aqui viesse um dos mestres para vos dirigir a palavra.

Constituímos nós, os vossos professôres, uma família unida, disposta em fila por efeito daquela resolução, ou antes, para usar linguagem à qual tereis de vos habituar logo, com o nosso caro colega Prof. Pedro Egydio, formando uma "sériação", de acôrdo com a magnitude do tempo de magistério; assim, ordenados os professôres em escala decrescente, irá, cada ano, tocando a vez a cada um para vos dirigir a palavra de saudação no início dos trabalhos.

Já não posso pois de vós esconder que sou o segundo nessa ordem. Depois de mim, escalar-se-ão ainda mais treze prezados colegas, o último dos quais, nesta seriação por tempo de serviço, só daqui a treze anos deverá encerrar o ciclo, para retornar-se ao mais antigo e iniciar-se novo rodízio.

Tudo leva, pois, a crer que esta é a minha primeira e última ocasião de, nessa qualidade, vos dirigir a palavra.

Em conclusão a êste "à guiza de prefácio", vê-se que o respeitável C.T.A. é o pai da idéia, eu sou o agora escolhido, pela fôrça do destino, por ser um dos mais velhos, e vós sereis os pacientes, designação esta muito apropriada, pois tereis de ser pacientes duas vêzes: "pacientes" no sentido de receptores da atuação, e "pacientes" no sentido comum, de ter paciência. Aliás, é de supor que o sentido, no fim de contas, seja um só: o receptor é "paciente" porque tem de ser "paciente". E os dois têrmos, homógrafos e homófonos, confundem-se. Tereis de ser pacientes pacientes, isto é, duas vêzes pacientes.

Espero que esta palestra não venha a redundar numa ação provocadora de choques anafiláticos às aulas que se seguirão no período letivo que hoje se inicia. Estou mesmo certo de que assim não será: nas aulas doutas de meus colegas, no correr dêste ano, não haverá fatôres desencadeantes, pois a sua natureza é outra.

* Aula inaugural proferida em 2 de março de 1948, por ocasião da abertura dos cursos de médicos sanitaristas, educadores sanitários e nutricionistas. Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

de melhor e diferente constituição, e nós sabemos que o choque costuma dar-se somente quando os agentes são homólogos.

Quanto à presente alocação, se tediosa ou inócua, a culpa não é tanto do C.T.A., nem mesmo minha, pois não tenho a intenção de vos entediar, mas, como já disse, do destino, que me traz agora a esta posição.

Penso que este não é o momento para discorrer sobre um tema especializado da Cadeira que tenho a honra de ocupar, mesmo porque, neste momento, não constituís classe homogênea, mas classe mista, composta por três turmas de diferentes níveis. Nessas condições, trata-se, antes, no meu modo de entender o que seja aula inaugural, de saudar, em nome do corpo docente, os alunos dos cursos desta Faculdade, que iniciam hoje as atividades escolares.

Numa Escola de Higiene, onde se cuida de Saúde, nada mais apropriado do que discorrer sobre certos aspectos deste ponto básico do progresso e da felicidade do homem. Com tal tema, ainda estaremos dentro do critério de ser esta aula uma saudação, pois saúde e saudação vêm do mesmo étimo: "salus, salutis". Saudar é desejar saúde -- "salutare".

Os romanos estabeleceram, como máxima de direito público, a seguinte lei precípua: "Salus populi suprema lex esto". E a palavra "salus" tanto se pode traduzir por saúde como por salvação, embora o significado de salvação pareça ter sido sua primitiva acepção; tôdas as leis especiais deviam-se anular, na antiga Roma, sempre que se tratasse de salvar a pátria.

Entretanto, saúde é salvação; e se a salvação do povo é a suprema lei, a saúde do povo também deve ser a suprema lei, o primeiro dever dos governos, como dizia Disraeli. Ambas as acepções, salvação e saúde, poderiam, portanto, se confundir.

*
* *

Não é a Higiene uma instituição nova, como talvez pudesse parecer a algum de vós, das turmas de educadores e de nutricionistas, oriunda de conhecimentos trazidos pelos progressos dos últimos séculos; estes, pelo contrário, por aquela foram condicionados. Ela brotou com os primeiros povos, mercê da luta pela existência.

Embora em pleno domínio da força bruta, como era de se esperar de povos primitivos, a experiência foi ensinando que a prática de certos preceitos era de grande importância para a defesa da saúde, não obstante se escudassem, muitas vezes, em crenças ou temores de ordem sobrenatural.

E assim, nos homens primitivos, pouco a pouco foram se estratificando certas práticas, que vieram a ditar bons preceitos e formar hábitos nos povos da idade antiga. Se é verdade que muitos deles vieram a ser esquecidos durante a obscuridade da Idade Média, ressurgiram e se ampliaram nas modernas civilizações.

Os livros religiosos dos povos da antiga civilização contêm muitas dessas práticas, das quais algumas, ainda hoje, continuam a dominar, agora apoiadas em bases científicas. Assim as encontramos nos livros sagrados da Índia, nos papiros egípcios, nos cuneiformes dos assírios, no Antigo Testamento dos judeus. Também refulgem nos escritos dos gregos e dos romanos.

Testemunhos dos mais remotos encontramos entre os indús, no código de Manu, em que se trata, com precisão, do papel de certos agentes na conservação ou na recuperação da saúde. Para êste fim, os fatores naturais, como a atuação do sol e da água, eram grandemente encarecidos. Prescrições análogas se encontram nos livros Vedas, o Rig-Veda e o Atarva-Veda. O sono, a alimentação, os banhos eram objeto de cuidados especiais entre os indús, desde remotas eras.

Grande valor deram os persas à água pura, e conta Heródoto que Ciro, em suas campanhas, transportava-a, após fervura, em grandes vasos de metal, montados sobre rodas.

O Antigo Testamento está cheio de alusões, conselhos e ordens que, embora revestindo caráter religioso, não escondem o deliberado propósito de defesa da saúde humana; e em Moisés encontramos, ao lado de um grande condutor de homens, um destacado sanitarista. Entre as medidas por êle ditadas, em nome de Jeová, ao povo hebreu em caminho para a Terra Prometida, muitas se apresentam da mais pura essência sanitária, como as referentes à conservação de alimentos pela cocção, ao isolamento dos doentes atacados de lepra e outras doenças, à incineração de roupas, à desinfecção das casas de moradia e objetos de uso dos doentes, ao asseio corporal e ao destino dos excretos.

Consideremos algumas dessas prescrições, pois são interessantes.

No Êxodo, que é o segundo livro do Pentateuco, vemos, no capítulo 16, Moisés transmitindo ao povo que conduzia pelo deserto de Sin, uma grande lição sobre conservação de alimentos. Submetidos a grandes provações, atormentados pela fome, murmuravam os filhos de Israel contra Moisés e Aarão por tê-los tirado do Egito, onde de-frutavam abundância. Ouvindo-os, Jeová providenciou carne de codornizes e fez chover pão do céu, o maná, recomendando ao povo que apanhasse diariamente o quanto bastasse para cada dia, sendo que, no sexto dia, deveria colhê-lo o dobro para cada pessoa, pois no sábado, dia de descanso e consignado ao Senhor, não haveria chuva de maná.

A idéia da restrição no fornecimento de alimentos em determinados dias da semana, que parece característica de nossos dias, não constitui, pois, novidade. Queixamo-nos constantemente disso e acusamos os governos, os modernos tempos, a falta de transportes, a crise de produção etc. Pois o povo escolhido, há alguns milhares de anos, já conhecia tais restrições, embora por outros motivos, em especial, de ordem religiosa.

Mas Jeová, poderoso e bom, não abandonou de todo o fornecimento, ao contrário do que hoje acontece, em benefício do câmbio negro: Jeová dava, na véspera do sábado, provisão em dobro, caída do céu. Diante disto, alguns dos hebreus mais obedientes, e que se supunham também mais previdentes, procuraram fazer reservas, colhendo bastante nesse último dia de semana, a fim de guardar o que fôsse necessário para comer no dia do Senhor e, quiçá, em outros dias, quando se dispensariam da faina da colheita. Entretanto, assim fazendo, verificaram que o alimento se deteriorava, tornando-se impróprio para a alimentação, mesmo ao fim de um nictémero.

Com essa experiência, tendo no sexto dia colhido dobradamente e verificado a inutilidade de tal previsão, vieram a Moisés para conselho. E êste lhes disse:

“23 — Isto é o que o Senhor ordenou: Amanhã é o descanso do sábado, consignado ao Senhor. Fazei, pois, o que tendes a fazer e cozei o que tendes que cozer e tudo o que sobrar, guardai-o para amanhã”.

“24 — E fizeram como Moisés ordenara, e não apodreceu o maná, nem acharam bichos nêle”.

Eis, caros alunos, a conservação de alimentos pelo calor, já determinada naquele conjunto de prescrições que faz de certos capítulos da Bíblia aquilo que se costuma chamar, com muita propriedade, o *Código Sanitário Mosáico*.

Portanto, *nihil novi sub sole*, como diz o Eclesiastes; e as fábricas de produtos alimentícios deterioráveis, que submetem as latas contendo alimentos ao calor, para conservá-los, repetem hoje esta lição, expendida há muitas dezenas de séculos.

O *asseio corporal e do vestuário* também estão indicados no Antigo Testamento.

O mesmo livro Êxodo, no capítulo 19, refere que Deus, tendo chamado Moisés ao Monte Sinai, disse-lhe, entre outras coisas:

“10 — Vai ter com o povo e santifica-o, hoje e amanhã, e lavem seus vestidos, a fim de estarem prontos para verem o Senhor”.

A lavagem do corpo e do vestuário era determinada não só como medida de respeito à presença divina, mas ainda por necessária ao afastamento de imundícies, *devidas a contactos impuros* (Levítico, capítulos 15 e 17).

Êste livro, em seus capítulos 13, 14 e 15, contém medidas destinadas, em grande parte, à profilaxia de certas doenças infectuosas, embora se dirigindo mais especialmente ao “zará”, doença que deveria abranger a lepra e outras moléstias com manifestações cutâneas, que com aquela se confundiam.

Descrições de doenças, como possivelmente a blenorragia (Levítico, 15), a lepra (Levítico, 13 e 14), a peste (I. Reis, 5; Job, 18:13), encontram-se em várias e repetidas passagens. A relação entre peste e ratos, que veio a ser provada só neste século atual, é referida em I. Reis, 5 e 6.

O destino adequado dos detritos humanos está indicado no Deut., 23:12 e 13, recomendando-se a instalação de um local, fora do arraial, para a satisfação das necessidades naturais, onde, levando-se um pauzinho à cinta, uma vez satisfeita a necessidade, dever-se-ia cavar ao redor e, com a terra removida, cobrir a dejeção. Eis o recurso à ação purificadora do solo, hoje cientificamente provada e explicada, como tereis ocasião de estudar.

Os recenseamentos são várias vezes referidos, com várias finalidades. Nesse sentido recomenda o Senhor a Moisés (Êxodo, 30:12): “Quando tu fizeres o arrolamento dos filhos de Israel, segundo o seu número, cada um dará ao Senhor o preço do resgate de sua pessoa, e não haverá mortandade alguma nêles, quando forem alistados”. Ao invés dos recenseadores ganharem “per capita”, conforme se tem feito, mesmo entre nós, com dinheiro saído dos cofres públicos, o que pode contribuir (no papel...) para falso aumento da população, nesse recenseamento eram os recenseados que, pagando imposto especial, se livrariam da ameaça de morte. Êste recenseamento só atingia os maiores de 20 anos, portanto os que já estavam em idade de ter posses, e certamente que os hebreus, tendo em mira livrarem-se de pragas mortíferas, faziam bom negócio procurando recensear-se.

O quarto livro do Pentateuco, Números, refere, respectivamente, nos capítulos 1 e 26, dois censos entre os israelitas, donde o nome que recebeu dos gregos (Arithmoi). No primeiro dêles, ordena Jeová a Moisés: “Tirai a soma de toda a congregação dos filhos de Israel pelas suas famílias e casas, e os nomes de cada um dos machos que há nelas, desde 20 anos, e para cima, e de todos os homens fortes de Israel e os contareis, tu e Aarão”. A numeração se fez no de-

serto de Sinai. Para tal fim “os ajuntaram no primeiro dia do segundo mês, contando-se pelas suas parentelas, e casas, e famílias, e cabeças e nomes”. “E todo o número dos filhos de Israel, contados pelas suas casas e famílias, desde vinte anos e para cima, os que podiam ir à guerra, foram seiscentos e três mil e quinhentos e cinqüenta homens”, não tendo sido contados entre êles os levitas (classe sacerdotal). Os membros de confissões religiosas, como hoje, já eram, pois, dispensados de ir como combatentes. E tudo feito em um só dia, conforme continua a mandar a boa técnica.

Um recenseamento célebre, pois ocasionou o nascimento de Jesus em Belém, na Judéia, e não em Nazaré, na Galiléia, e assim o pleno cumprimento da profecia, foi ordenado por um édito romano e deveria abranger todo o império; na Síria, foi superintendido pelo governador Cirino. Cada um teria de se alistar na cidade donde provinha sua casa e família; por isso José deslocou-se para Belém, a cidade de Daví, a fim de se alistar com sua espôsa, que se achava grávida (São Lucas, 2).

Mas nem sempre os recenseamentos eram aprovados pelo Senhor. Assim em Reis, II, 24, Daví foi castigado por ter recenseado Israel e Judá. O caso foi que, por ordem de Daví, Joab, seu general, correu as tribos, a contar o povo. Achou em Israel 800.000 homens robustos e capazes de puxar pela espada e em Judá 500.000 combatentes. A punição consistiu em dar a Daví um de três castigos, a escolher: ou a fome devastaria o país por sete anos, ou fugiria êle diante dos inimigos por três meses, ou uma epidemia de peste dizimaria o povo durante três dias. Daví achou que melhor seria cair nas mãos do Senhor (porque são muitas as suas misericórdias) do que nas mãos de homens. E a peste irrompeu no país durante três dias, morrendo 70.000 homens. Quando Jerusalém caminhava assim para a destruição, o Senhor teve pena e ordenou a interrupção do flagelo. Um altar erguido ao Altíssimo na eira de Areúna, ponto em que se detivera o anjo exterminador, consolidou o perdão divino.

Refere-se a Bíblia à duração da vida no Salmo 89, oração de Moisés, quando diz: “10 — Os dias de nossa vida são em si 70 anos, e nos mais robustos, 80 anos; e o que passa dêstes não é mais do que trabalho e dor”. Não obstante as idades avançadas a que se refere terem chegado aquêles varões do Gênesis, como Matusalém, que bateu o recorde com 969 anos, a citação do salmo está mais de acôrdo com as possibilidades. Se é verdade que a extensão possível da vida não se tem modificado, pois em todos os tempos têm existido macróbios de 100 anos, ou mesmo mais, não resta dúvida que, nas últimas décadas, a duração média da vida se tem dilatado, em movimento que ainda está em progresso, mercê da prática de medidas do domínio da Higiene, tais as de saneamento e profilaxia específica, e à grande queda que, em alguns países, vem-se verificando nos coeficientes de mortalidade infantil, ao lado dos progressos da terapêutica médica e cirúrgica e da melhoria do padrão de vida.

Nos Estados Unidos, onde os estudos de tábuas de vida para uso das companhias de seguro vêm sendo bem cuidados desde muito tempo, tem-se evidenciado considerável declínio da mortalidade nas idades jovens. Ao passo, porém, que mostra acalentadora melhoria quanto às possibilidades de sobrevivência de crianças e jovens adultos, pouca diferença se nota quanto aos que hão alcançado mais de 50 anos de idade. O que se conseguiu aumentar não foi a duração máxima da vida, que ainda hoje é como nos antigos tempos, mas sim a duração média, bastante baixa até há cerca de um século e meio. Hoje, é permitido a um nú-

mero maior de indivíduos chegar à velhice, fato que vem modificando os aspectos estatísticos da mortalidade e os pontos de ataque das organizações encarregadas da defesa da saúde.

Efetivamente, a expectativa de vida ao nascimento era, em Roma, por ocasião do início da era cristã, de cerca de 20 a 25 anos. Certamente essa expectativa desceu a grau baixíssimo durante a Idade Média, período da miséria, da fome, das epidemias, da ignorância, da falta de higiene pessoal; mas em 1800, várias cidades da Europa apresentavam ainda expectativas entre 20 e 35 anos, de acordo com tábuas de vida baseadas somente na mortalidade.

A primeira tábua de vida computada sobre as mortes e sobre a população em idades especificadas expostas à morte, foi a publicada por Milne, em 1815, e se baseava na experiência da mortalidade em duas paróquias de Carlisle, na Inglaterra, durante o período de 1779 a 1787. A expectativa de vida ao nascer fora então calculada, para ambos os sexos, nessas localidades, em 38,7 anos.

Em 1900, nos Estados Unidos, a média de vida era de 49,25, aproximadamente a do município de São Paulo, hoje. Presentemente, a expectativa nos Estados Unidos é de 64,82, segundo Ward.

Como consequência dessa modificação, que permite maior número de pessoas atingirem as idades mais elevadas, tendo em conta os progressos da Higiene, que conseguiu diminuir e até praticamente anular a mortalidade por muitas doenças infectuosas, e reduzir de muito a mortalidade infantil, nesses países afortunados planejam hoje os departamentos de saúde o combate intensificado às doenças da velhice, a fim de conseguir novos decréscimos na mortalidade geral. No começo deste século, a tuberculose e as pneumonias eram, nos Estados Unidos, as principais causas de óbitos. Hoje cederam o passo às afecções cardíacas, ao câncer, à hemorragia cerebral e outras, baixando a tuberculose do primeiro para o sétimo lugar.

E entre nós? A falta de estatísticas que mereçam tal nome apenas tem permitido cálculos para muito poucos lugares. O livro "Tábuas de Mortalidade e Sobrevivência Brasileiras", editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1946, traz cálculos do Prof. Mortara, comparando tábuas de sobrevivência construídas para o Distrito Federal e para o Município de São Paulo. Aí se mostra ter a vida média subido, entre 1920 e 1943, de 40,30 a 42,99 para o Distrito Federal, e de 40,80 a 49,28 para São Paulo. Vêde que o progresso nesse sentido foi bem maior em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Ambas as cidades, apresentando entre 1920 e 1927 quase que o mesmo período médio de vida (cerca de 40 a 41 anos), chegaram, em 1940, São Paulo a uma vida média de 49 anos e o Rio de Janeiro a 43 anos.

Não vos mostreis, todavia, muito entusiasmados diante destes dados. Embora eles indiquem que estamos progredindo, é necessário lembrar que, em São Paulo, estamos hoje onde estavam os Estados Unidos há meio século.

O progresso obtido em São Paulo, estendendo a média de vida e possibilitando, pois, uma maior sobrevivência nas idades avançadas, parece que já começa a influir nas causas de óbitos. Se a rubrica diarreia e enterite, tanto em 1920 como em 1940 continua a representar a primeira causa de morte, e a estatística da mortalidade pela tuberculose — este problema tão importante, que já foi designado como o nosso problema sanitário n.º 1 — mais se agravou, subindo do quarto lugar em 1920 para o segundo em 1940, as pneumonias e bronco-pneumonias passaram do segundo para o terceiro lugar; as afecções cardíacas do terceiro

para o quarto, o que representa, praticamente, pouco; entretanto, a mortalidade pelo câncer, que em 1920 ocupava o décimo lugar, passou para o quinto em 1940, um pulo bem significativo; as nefrites do oitavo para o sexto; as afecções das artérias, veias etc., do nono para o sétimo, ao passo que os prematuros, que ocupavam o quinto lugar em 1920 passaram para o oitavo em 1940, reflexo, provavelmente, do que se vem fazendo em proteção da saúde dos recém-nascidos.

Vêde, pois, caros alunos, que a ciência sanitária muito tem progredido nos tempos modernos. Ela não é, todavia, uma recém-chegada ao campo da atividade humana, como vos tenho procurado mostrar. Poderíamos dizer que é tão velha quanto a medicina curativa, e isso o atestam não só as freqüentes alusões existentes nas antigas literaturas sagradas, como em outros documentos e inscrições antigas.

Não é à-toa que a mitologia grega dava a Esculápio, — o filho e discípulo do deus Apolo, que, todo bondade, descera do Olimpo à terra, berço de sua mãe, a mortal Coronis, para curar as mazelas da humanidade, — duas filhas: Panacéia, que o ajudava na colheita das ervas medicinais e no preparo dos remédios, e assim personalizava a medicina curativa, e Hígia, absorvida em ensinar ao povo como conservar a saúde, convencida que era de que muitas doenças e sofrimentos resultavam da ignorância. “Antes prevenir do que curar”, o conhecido adágio, teria sido, pois, o seu lema, e em Hígia, educadoras sanitárias, tendes o vosso paradigma na mitologia grega.

Saindo-se dêsse terreno da fantasia, mas que certamente representava o pensamento da época e traduz o tronco comum das duas medicinas, a Curativa e a Preventiva, continuamos a ver, a partir de Hipócrates, cêrca de 400 A.C., com a observação da doença como fenômeno natural, os estudos destinados à sua prevenção preocupar os espíritos cultos.

Entre as obras de Hipócrates, o criador da medicina racional, o primeiro que a emancipou do terreno dos preconceitos e superstições, e por isso justamente alcunhado — o pai da medicina, — conta-se o célebre tratado “Dos ares, das águas e dos lugares”, o primeiro livro de Higiene, escrito logo ao albor da medicina científica. Nos escritos de Hipócrates, encontram-se judiciosas apreciações sôbre questões puramente do domínio epidemiológico como, entre outras, as referentes às constituições epidêmicas (katástasia), que, caídas em descrédito após os primeiros tempos da Bacteriologia, vêm modernamente se impondo e incentivando estudos meteorológicos para a explicação de fenômenos mórbidos coletivos que, de outra maneira, dificilmente se compreenderiam.

Não deixou a Higiene de brilhar entre os gregos, que dedicaram especial atenção aos cuidados com o corpo e aos exercícios ginásticos, paralelamente aos cuidados com o espírito. *O mens sana in corpore sano*, conforme a expressão criada por Juvenal, poeta romano dos séculos I e II, já era então largamente cultivado.

Nos campos de atletismo ou ginásios, freqüentemente se reuniam os sábios em discussões filosóficas; e Platão era respeitado tanto como sábio filósofo, como por ser atleta, o seu próprio nome, Platão, significando homem de ombros largos. A alimentação dos jovens atletas era regulada pelos ginasiarcas, ou diretores dos ginásios.

Os cuidados com o corpo continuaram entre os romanos, estendendo-se ainda às obras de saneamento urbano. Por onde quer que os romanos passaram, vêm-se ruínas não só de arenas, mas também de balneários e de aquedutos, tão sólidamente construídos êstes, que ainda em Roma se contam alguns em uso, ao lado

da Cloaca Máxima, onde se abria a drenagem da cidade para o Tibre. Julius Frontinus, o construtor de aquedutos, cujo cargo era o que modernamente corresponderia ao de um diretor de obras públicas, em especial de águas e esgotos, deixou justo renome e é o antepassado romano dos engenheiros sanitários.

Sufocada durante a Idade Média, éra da imundície e da ignorância generalizada, veio depois, pouco a pouco, a Higiene ressurgindo, em função dos frutos da própria Renascença.

Na Itália, em Verona, aparece a figura brilhante de um sábio, médico e poeta, Girolamo Fracastoro (1483-1553), que veio reconstruir, sob novas bases, o edifício da Epidemiologia. Em seu notável livro "De Contagione" (1546), expõe suas idéias sobre a natureza das infecções e seu modo de disseminação, idéias que constituem as bases do conceito moderno do assunto. Distingue a transmissão exclusivamente por contacto, a transmissão pelo contacto e por intermédio de objetos e a transmissão à distância.

Aos objetos capazes de veicular a infecção dá o nome de "fómites" (*). Dizia êle: "Denomino fomites, coisas como o vestuário, roupas brancas etc. que, embora não corruptas por si próprias, podem, entretanto, manter as *sementes essenciais* do contágio e, assim, causar infecção". Contemporâneo da disseminação da sífilis pela Europa, descreve-lhe os desastrosos efeitos no célebre poema médico "Syphilis sive Morbus Gallicus" (1530), poema donde se originou o nome da então misteriosa doença que fizera sua aparição primeira em Nápoles (1495), quando as tropas mercenárias de Carlos VIII, rei da França, tomaram aquela cidade.

Os progressos da Higiene, a princípio lentos, como não poderiam deixar de ser, pois, apoiando-se nos disponíveis conhecimentos das ciências em geral, teriam de acompanhar o desenvolvimento destas, vêm-se fazendo a passos gigantescos nos últimos decênios; e, amparada nos grandes descobrimentos realizados a partir do século XIX, hoje se manifesta em alto e esplêndido pedestal, neste século da construção do canal do Panamá, da energia atômica, da penicilina, da estreptomicina, do D.D.T. e das grandes realizações de proteção social.

Por uma singular coincidência, é-nos agradável rememorar que a primeira publicação médica impressa no Brasil foi sobre assunto de Higiene: "Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais concernentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro", publicada em 1808. Seu autor, o Dr. Manuel Vieira da Silva, mais tarde Barão de Alvarezere, havia sido nomeado físico-mor do Reino, cargo então restabelecido, e que tinha por especial escopo a proteção sanitária da população. Nessas funções, deveria colaborar com o seu ilustre companheiro, Dr. José Correia Picanço, posteriormente Barão de Goiana, nomeado cirurgião-mor, e que fôra o organizador do ensino médico em nossa terra. Não só essas, como outras medidas, tais a abertura dos portos do País e a criação da imprensa régia, representaram grandes frutos da vinda da família real, vinda essa que, como sabeis, originou-se da invasão de Portugal pelas hostes napoleônicas, ao mando de Junot. "A quelque chose malheur est bon" e aqui, o beneficiado foi o Brasil, graças a Napoleão.

(*) Latim, **fomes**, pl. **fómites** = acendalha — Vocábulo já incorporado em várias línguas, como a inglesa e a italiana e também a portuguesa, à linguagem médica. Aliás, o termo foi empregado, embora sublinhado, pelo Pe. Manuel Bernardes, com a significação latina, em "Armas da Castidade", 1699, II, V, conforme citação de Plácido Barbosa, em "Dicionário de Terminologia Médica Portuguesa".

Se nos reportarmos ao século XVII, em pleno Brasil colonial, deveremos apreciar o período brilhante do domínio holandês em Pernambuco e adjacências, ao tempo do príncipe João Maurício de Nassau.

Este príncipe cercou-se, no Brasil, de um grupo de cientistas, de que faziam parte, principalmente, o emérito naturalista alemão Jorge Marcgrave e o médico holandês Willen Pies (Gullielmus Piso). Foram êstes os primeiros a iniciar, entre nós, a realização de investigações de cunho científico. A Marcgrave devem-se descrições botânicas e zoológicas de alta valia e sua obra, "Historiae Rerum Naturalium Brasiliae", foi há poucos anos magnificamente traduzida, graças aos esforços do nosso ilustre patricio Dr. Afonso de Escragnolle Taunay.

A figura de Piso é indissociável da de Marcgrave, tendo sido aquêlê médico o autor da primeira parte da obra dêste, intitulado-a "De Medicina Brasiliensi". A obra completa, "História Naturalis Brasiliae", foi ordenada, anotada e impressa na Holanda em 1648, por João de Laet, antuerpiano.

Piso foi médico de Nassau e arquiatra da colônia, com funções de chefe de saúde, tendo mais tarde (1658) republicado, pessoalmente agora, suas observações e as de Marcgrave, na obra "De Indiae, utriusque re-naturali et medicae".

Foi Piso o primeiro a praticar autópsias no Brasil. À maneira de Hipócrates, trata em uma das secções da obra (a primeira), dos ares, águas e lugares. Estuda depois doenças endêmicas, como as febres que assolavam a colônia, a boubá (que julgava venérea), as doenças oculares (em especial a hemeralopia ou cegueira noturna, primeira descrição em nossa terra desta hoje sabida avitaminose), o espasmo (tétano), as paralisias, a disenteria, as doenças contagiosas etc. São de sua autoria as primeiras observações caracterizando o bicho do pé (*Tunga penetrans*), que observara com o auxílio de pequeno microscópio.

*
* *
*

Passemos agora a tocar num ponto dos mais importantes em Saúde Pública, qual seja o da habilitação dos seus funcionários, especialmente os mais graduados, isto é, aquêles mais responsáveis pela orientação e execução das medidas e planos administrativos.

Já tive ocasião de me referir, quando da inauguração desta Faculdade, ao tripé apontado por Thomas Parran em conferência realizada perante uma reunião de diretores de Escolás de Higiene e comemorativa da instalação da Escola de Higiene de Michigan, tripé que êle considera essencial como sustentáculo de uma administração sanitária que quer ser eficiente. Devem constituir tal suporte: a) pessoal devidamente habilitado; b) admissão e promoção do pessoal na base do merecimento; c) necessidade de orçamentos adequados.

A existência de pessoal devidamente habilitado para as funções de saúde pública tem preocupado a todos os administradores de organizações sanitárias.

Não obstante possuir campo próprio de atuação, postos de médicos sanitaristas, mesmo os de direção, têm sido exercidos por médicos clínicos, designados, muitas vêzes, para satisfazer a pedidos políticos, no almêjo de arranjar um auxílio, um "encôsto", ou um "bico", como vulgarmente se diz, a um protegido; ou para garantir contra os apuros financeiros oriundos de clínica incerta ou mal remunerada, mormente no início da carreira de jovens médicos. E assim, mero encôsto, continua a ser durante a vida de tais funcionários, freqüentemente mais

atentos e dedicados aos trabalhos de sua clínica privada, do que aos seus deveres como servidores públicos, função em que, ao lado da parte meramente oficial, regulada por um estatuto comum aos funcionários públicos, avulta o lado moral, filantrópico, do zêlo pela saúde pública.

Tais deveres, como vem sendo reconhecido, ultrapassam mesmo as 5 ou 6 horas diárias regulamentares, exigindo atenção única e constante, não desviada para os trabalhos da clínica ou outras atividades particulares. Daí o reconhecimento atual da função sanitária como *profissão*, não importando que o profissional provenha do campo da medicina, da engenharia, da odontologia, da enfermagem, da educação, ou outra formação básica para o bom desempenho de suas funções como sanitarista. A instituição do regime chamado de tempo integral, o "full time" dos norte-americanos, introduzido em São Paulo por volta de 1920, pela primeira vez no Brasil, neste estabelecimento, quando ainda era o antigo Instituto de Higiene, e que logo também se estendeu a tôdas as cadeiras de laboratório da Faculdade de Medicina, e depois a outros institutos universitários paulistas, trouxe reais benefícios para o ensino e para a pesquisa. No Departamento de Saúde, inaugurada a referida prática por Geraldo Horácio de Paula Souza, em 1925, infelizmente foi logo abandonada; mas certos estamos de que, dia mais, dia menos, ela retornará como imperativo da razão e das necessidades.

Não se improvisam sanitaristas; ou êles se fazem na rude escola da experiência como era e ainda é prática comum, exigindo, para isso, pendor natural e grande dedicação, poucos se mostrando realmente excelentes, como os casos brasileiros de Emilio Ribas e Oswaldo Cruz; ou, de acôrdo com modernos moldes, ao lado de estágios em serviços de saúde bem organizados, serão preparados em escolas para isso destinadas. Não infirma, absolutamente, êste fato, o existirem diplomados ineficientes.

Na realidade, há grande carência de sanitaristas (médicos, engenheiros ou de outra formação) para os serviços de saúde.

Muito resta a fazer nesse sentido e, no Brasil, São Paulo tem sido, também neste ponto, o pioneiro, instituindo, desde 1918, facilidades destinadas ao preparo de sanitaristas ou auxiliares de sanitaristas, com a fundação dêste estabelecimento, que antes de Faculdade foi o Instituto de Higiene, e, ao nascer em 1917, o Laboratório de Higiene da Faculdade de Medicina.

O preparo de profissionais sanitários faz-se necessário, seja para atuação em serviços de saúde, seja para funções de ensino, e melhor se obterá em cursos superiores inteiramente dedicados a essa formação e não nos cursos médicos, onde, no Brasil, para uma cadeira de Higiene, de ensino que abrange apenas um semestre ou, quando muito, um ano letivo, como na Faculdade de Medicina da nossa Universidade, existe uma vintena dedicada à arte de curar ou para esta inteiramente orientada.

Mais de um século já nos separa da criação, em 1812, do ensino da Higiene nas Escolas Médicas do Brasil, numa cadeira conjunta de Higiene, Etiologia, Patologia e Terapêutica, instituída pela reforma jocosamente alcunhada, na época, de "Reforma Bom Será", por estatuir, em um dos seus primeiros artigos: "Bom será compreendam as línguas francesa e inglesa os candidatos à admissão", dos quais antes só se exigia saber ler e escrever corretamente.

Provido no ano seguinte, na Escola do Rio, o Dr. Vicente Navarro de Andrade, posteriormente agraciado com o título de Barão de Inhomerim, primeiro professor da matéria no Brasil, nessa cadeira, cujo nome se simplificou para Higiene e Patologia, só foi a Higiene constituída em cadeira independente no ano de 1832, quando a Academia de Medicina e Cirurgia teve seu nome mudado para Faculdade de Medicina. Passou, então, a ser lecionada pelo paulista Dr. Cambucy do Valle, antigo companheiro do general Labatut na Bahia, por ocasião da guerra da Independência. Segundo apurou Afrânio Peixoto, de tão obeso, em vez de dar as aulas na Faculdade, reunia os alunos em sua casa, na rua da Misericórdia, e, da rêde, lia as lições. A cadeira passou em 1837 para Thomaz Gomes dos Santos que a ocupa até 1864, seguido, após curto período de meses de magistério de Antônio Ferreira Pinto, pelo Dr. Antônio Correia da Costa que, falecendo em 1884, foi contemporâneo do início da fase brilhante da bacteriologia moderna, que se criava na Europa.

Nessa época, e ainda por muitos anos, permanecia-se quase só no terreno das teorias, dominando a dos "miasmas", já velha de milênios. Na prática acertada, como medida preventiva contra as doenças, apenas avultava a prevenção da varíola, descoberta a vacina pelo "cow-pox" no fim do século anterior, por Jenner, e introduzida no Brasil (Bahia) em 1804. O resto, tudo empírico: as epidemias cessavam mais pelo esgotamento de material humano suscetível do que por efeito da atividade dos órgãos incumbidos de debelá-las. Quando muito as draconianas quarentenas, que datavam da Idade Média, o isolamento dos doentes, e o "cordão sanitário", originados na segregação dos leprosos, desde os tempos bíblicos ou babilônicos, proporcionavam algum sucesso.

Mas à Higiene, já emancipada, acudiram na Europa, — que atingira no século XIX o apogeu como jacto de luz para o mundo, favorecidos pelos progressos nos conhecimentos humanos e na técnica, — vultos como o de Pettenkoffer, seguidos depois por Pasteur, Koch e discípulos, e tóda a geração moderna de grandes investigadores.

Pettenkoffer, cria em Munich o primeiro curso de especialização em Higiene, por volta de 1865. Seu programa de ensino já muito se aproxima dos modernos programas na enunciação da matéria. Localista, vê no meio em que vive o homem a fonte de seus males, culminada sua teoria na movimentação do lençol d'água do solo que, pelas subidas e descidas, expandiria na atmosfera os eflúvios provenientes das matérias em decomposição.

A Inglaterra torna-se o berço da Higiene moderna, pois foi nesse país que os princípios e prática de higiene primeiro se desenvolveram de forma eficiente, por efeito das inquirições de Chadwick, Farr e outros, colocando-a sobre bases administrativas e estatísticas promissoras. Snow e William Budd provam a transmissão hídrica da cólera e da febre tifoide, embora apenas pudessem empregar o método epidemiológico puro, já que, na época, faltavam-lhes os grandes recursos da Bacteriologia, ainda não de todo desenvolvida.

Brota em França a revolução pasteuriana; vem Koch; vêm Behring e as descobertas da imunologia preventiva, os progressos da engenharia sanitária, da parasitologia e o combate eficiente a tantos males, ante os quais anteriormente a humanidade se detinha inerte, culminando na atualidade com as sulfas, a peni-

cilina, a estreptomicina e o D.D.T., êste dedicado ao combate dos vectores de certas doenças das mais importantes, como a malária, o tifo exantemático e a peste, pela destruição dos transmissores. E a Higiene se mira respeitada e engrandecida, bem sucedida na faina de procurar atingir o desejo dos antigos, certa na trilha do "elixir da longa vida" que tanto preocupara Paracelso, o médico alquimista que, em vez de procurar fazer ouro, vislumbrava a conquista da saúde. Profeta da Medicina moderna assim como da Química moderna, Theophrastus Bombastus von Hohenheim, o grande Paracelso, que viveu entre 1491 e 1541, anunciou tê-lo descoberto, o que não, o impediu, todavia, de morrer aos 50 anos. Inectivando aquêles que à procura da pedra filosofal e da transmutação dos metais em ouro, pela prática da alquimia, só pretendiam riqueza, encontrava-lhes um único objetivo: achar o elixir que restaurasse no homem a saúde perdida. Aliás, nestes últimos anos, mesmo o sonho dos alquimistas, da transmutação dos elementos, começou a se realizar, pelas modernas conquistas no campo da física atômica.

A criação de escolas especiais para o preparo de pessoal sanitário, geralmente filiadas a universidades, onde se alia ao ensino a necessária pesquisa, vem, desde já perto de 30 anos, frutificando nos Estados Unidos, em movimento que logo passou a se refletir em outros países. É grato é referir que, nesta parte do continente, o antigo Instituto de Higiene de São Paulo veio caminhando, pouco a pouco, em natural tendência, para atingir aquêles desiderato.

Fundado em 1918, pela ação conjunta da Faculdade de Medicina e da Fundação Rockefeller, tendo como uma de suas principais finalidades preparar sanitaristas, veio ministrando cursos especializados para médicos, a princípio irregularmente, como o de Higiene Rural em 1921, e, a partir de 1928, de forma mais regular, ao lado dos destinados ao preparo de educadores sanitários, de nutricionistas e do curso normal para os estudantes de medicina. O curso para médicos sanitaristas é, desde 1941, reconhecido pelo Govêrno Federal, não obstante a Faculdade só se ter regularmente constituído em 10 de julho de 1945. E a projeção atual do curso no País se traduz muito bem neste recinto, por vermos, o que bastante toca os nossos corações de brasileiros, na turma atual, aliás como nas precedentes, colegas provenientes não só dêste Estado, como de outros Estados, e até, êste ano, um da república amiga da Venezuela, o que não deixa de refletir, certamente, trabalho patriótico de aproximação nacional e continental.

A vós, que hoje vos integráis nesta família e nesta Casa, certamente interessará conhecer, com mais minúcia, a história da Faculdade.

Em 1917, aproximava-se a época em que, na então muito jovem Faculdade de Medicina de São Paulo, deveria ser instalada a cadeira de Higiene. Côncio dos grandes progressos que esta disciplina vinha apresentando nos Estados Unidos, tanto no setor da prática, como no do ensino e da pesquisa, resolveu o Govêrno do Estado, por sugestão do saudoso fundador e diretor daquela Faculdade, Arnaldo Vieira de Carvalho, êste certamente influenciado por Alexandrino Pedroso, formado em Pensilvânia, e que veio a ser mais tarde professor de Bacteriologia, solicitar da Fundação Rockefeller a vinda a São Paulo de um professor para a cadeira de Higiene e a organização e equipamento do respectivo laboratório.

Essa benemérita instituição, à qual tanto deve a nossa terra, acedeu prontamente ao pedido, mesmo porque via em São Paulo um campo fértil para o desen-

volvimento de suas filantrópicas atividades no Brasil. Em consequência, celebra-se um contrato entre o Govêrno e a Fundação. Um antigo e vasto solar, sito na rua Brigadeiro Tobias n.º 45, é alugado para o fim em vista e, em princípios de 1918 chega a esta Capital, enviado pela Rockefeller, o Dr. Samuel Taylor Darling, técnico já consagrado em campanhas sanitárias de responsabilidade, pois trabalhara com Gorgas no saneamento do Panamá, tarefa gloriosa que permitiu a abertura do canal, e executara importantes investigações na Malásia e na Indonésia.

Darling foi, pois, o primeiro professor de Higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo e, sob suas vistas, instalaram-se a cadeira e o laboratório, no prédio há pouco referido. De acôrdo com a opinião dos diretores da Rockefeller, as atividades da cadeira não se deveriam restringir apenas ao prelecionamento do curso teórico e das aulas práticas aos estudantes de medicina. Mais do que isso, em suas instalações e no campo, pesquisas deveriam ser realizadas, a fim de esclarecer nossos múltiplos problemas de saúde, e outros cursos ministrados, com o fito de preparar técnicos sanitaristas.

Logo após a chegada do Prof. Darling a São Paulo, seguiam para os Estados Unidos, com bôlsas de estudo outorgadas pela mesma Fundação, a fim de frequentarem o curso da Escola de Higiene que, sob os seus auspícios, ia ser inaugurada na afamada Universidade de Johns Hopkins, em Baltimore, Md., o Prof. Geraldo de Paula Souza e aquêle que agora vos dirige a palavra. O Prof. Paula Souza, embora muito jovem, já era figura respeitada no meio científico de São Paulo. Tendo sido anteriormente assistente de Química da Faculdade de Medicina, passara então a ocupar o cargo de professor substituto da secção de Higiene e Medicina Legal, e coube-lhe colaborar com o Prof. Darling na instalação do Laboratório de Higiene. Eu, recém-formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fôra por Paula Souza honrado com o convite para preparador da Cadeira, o que muito me sensibilizou, brotando daí a sólida amizade que nos liga desde essa época. Ambos fizemos, pois, parte da primeira turma de alunos da Escola de Higiene de Johns Hopkins, turma inicialmente constituída apenas por quatro estudantes, sendo os outros dois norte-americanos: o Dr. John Atkinson Ferrell, alto funcionário da Fundação; e o então doutorando de medicina Huntington Williams, hoje diretor do Serviço Municipal de Saúde de Baltimore e docente colaborador de Administração Sanitária na Escola em que nos graduamos.

E' com saudade infinita que eu recordo, e o mesmo se dá com o Prof. Paula Souza, os dois anos que lá passámos, no convívio amigo de professôres, assistentes, colegas e funcionários daquela grande Escola, que tudo fizeram a fim de que tirássemos o maior proveito de nossa estada, para a especialização que abraçávamos. Em sua congregação brilhavam grandes nomes, entre êles avultando o do seu famoso organizador e diretor, o Dr. William Henry Welch, antigo discípulo e amigo de Pettenkoffer, Cohnheim, Pasteur, Koch e de outros luminares da ciência. A êle se deve a introdução, nos Estados Unidos, da Medicina Experimental e valiosos trabalhos de investigação científica.

Enquanto lá permanecíamos, chegava a São Paulo, a fim de auxiliar o Prof. Darling, o Dr. Wilson G. Smillie, hoje professor de Medicina Preventiva na es-

cola médica da Universidade de Cornell e autor ilustre de livros de Higiene e Administração Sanitária.

Em 1920, adoecendo, o Prof. Darling regressa à sua Pátria, assumindo a cátedra Smillie. Smillie foi, portanto, o segundo professor de Higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo e diretor do Laboratório de Higiene, que já havia passado a se denominar Instituto de Higiene de São Paulo.

Durante as administrações de Darling e Smillie, as atividades do Instituto, anexo à Faculdade de Medicina, disseram respeito ao ensino teórico e prático de Higiene aos estudantes de medicina e à realização de pesquisas várias e importantes, principalmente no setor da ancilostomose.

Foi em 1921, durante a administração de Smillie, que se prelecionou, no Instituto de Higiene, o primeiro curso de especialização. Foi, como já se referiu, sobre Higiene Rural e teve a duração de alguns meses. Frequentaram-no médicos provenientes não só de São Paulo, como de outros Estados, e um da República do Paraguai, o Dr. F. Recalde, há pouco falecido, enviados pela Fundação Rockefeller.

No fim desse ano, retirou-se Smillie para os Estados Unidos, sendo Paula Souza nomeado professor catedrático da cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina, e, portanto, o primeiro professor efetivo. Por efeito dessa nomeação e por contar com inteiro apóio da Rockefeller, assumiu êle a direção do Instituto, continuando ainda a vigorar o acôrdo entre o Estado e aquela Fundação.

Esse acôrdo terminou em 1925 e, por fôrça do mesmo, coube ao Governo do Estado assumir tôdas as obrigações relativas ao Instituto. Passou êste estabelecimento a constituir organismo autônomo, com verbas próprias e dependência direta da Secretaria então chamada do Interior, ficando, todavia, ligado à Faculdade de Medicina pela figura do diretor, por lei o professor da cadeira de Higiene.

O apóio da Fundação Rockefeller continuou entretanto a ser dado, sempre que necessário, tanto material como espiritualmente. O magnífico prédio que ora ocupamos, terminado em 1931, foi erigido, em ação conjunta pelo nosso Governo e por aquela Fundação e, no momento presente, coopera ela com a Faculdade e o Governo, na execução do programa de saúde em Araraquara.

Cursos para o preparo de médicos sanitaristas em geral, começaram a ser prelecionados em 1928, abrangendo dois anos letivos. Interrompidos dois anos após, foram reinstalados em 1937 e, daí para cá, vêm funcionando com regularidade.

Várias turmas de técnicos para laboratórios de saúde pública foram preparadas e alguns dêles ainda hoje vêm prestando excelentes serviços nesta Faculdade.

Por volta de 1925 foram iniciados os cursos para a formação de educadores sanitários. Nessa época era Geraldo de Paula Souza diretor geral do Serviço Sanitário do Estado, hoje Departamento de Saúde. Instalando Paula Souza três Centros de Saúde em São Paulo, aliás os primeiros da América Latina, cometeu-lhes também o trabalho de educação sanitária, como parte da notável reforma que levou a efeito nos serviços de saúde do Estado, reforma essa que veio modernizar

a administração existente. Desejando instituir um serviço de visitantes sanitários e não podendo contar com enfermeiras de saúde pública, enfermeiras de alto padrão, inexistentes no País naquela época, e mesmo hoje ainda em número exíguo, idealizou a criação de um curso no Instituto de Higiene, destinado a professores normalistas, que, aos seus conhecimentos básicos aliavam o estudo da pedagogia e, nas professoras em exercício, a prática de ensino. Durante estes vinte e dois anos, vêm os graduados por esse curso trabalhando nas escolas, centros de saúde e em outras instituições oficiais e mesmo particulares, com grande abnegação e entusiasmo. É possível que, no futuro, suas atividades se concentrem especialmente na educação sanitária; mas creio que, ainda por muitos anos, seus serviços na parte supletiva do das enfermeiras de saúde pública serão necessários. Aliás, justo é reconhecer que, embora de forma incompleta, por não serem elas enfermeiras, estudando apenas, em seu currículo, "Noções de Enfermagem", vêm brilhantemente desempenhando, ao lado de suas funções próprias, muitas atividades que, em outros lugares, são entregues às enfermeiras de saúde pública.

Como estamos, nesta sucinta exposição, respeitando, na medida do possível, a ordem cronológica, voltemos agora ao curso de médicos sanitaristas. Em 1941, após exame cuidadoso das atividades didáticas do Instituto de Higiene, em processo iniciado desde vários anos antes, foi o curso de médicos sanitaristas oficialmente reconhecido, por decreto do Sr. Presidente da República, sendo seus diplomas, para todos os efeitos, equiparados aos do Curso que, ainda hoje, funciona no Rio de Janeiro, como dependência do Departamento Nacional de Saúde.

Finalmente, em 1945, atingiu-se a última etapa. No governo presidido pela figura íntegra do saudoso Dr. Fernando Costa, após todos os trâmites requeridos pela lei, e aprovação do Conselho Nacional de Educação, sendo Reitor da Universidade de São Paulo o Prof. Jorge Americano e Ministro da Educação e Saúde Pública o Prof. Raul Leitão da Cunha, foi o Instituto de Higiene de São Paulo elevado à categoria de instituto universitário, recebendo o nome de Faculdade de Higiene e Saúde Pública.

Em 1940 um novo curso veio se juntar aos já existentes, destinando-se ao preparo de pessoal superior para os serviços de nutrição. Embora conte poucos anos de existência, já vem se consagrando, pela eficiência revelada pelas pessoas que por ele têm-se diplomado, e cuja ação vem se fazendo sentir em várias das nossas instituições oficiais ou particulares, dentro e fora do Estado.

Assim, como vedes, são atualmente preleccionados nesta Faculdade o curso de médicos sanitaristas, o de educadores sanitários e o de nutricionistas, aos quais ainda se juntam o da Cadeira de Higiene, para os estudantes do 5.º ano da Faculdade de Medicina, e o de Higiene e Saúde Pública, para as alunas da Escola de Enfermagem, estes dois últimos representando preciosos elos que nos prendem àqueles estabelecimentos irmãos.

Dentro em breve, todos esperamos, um segundo curso normal, do mais alto alcance virá juntar-se aos existentes: é o destinado à formação de engenheiros sanitaristas, curso aliás já previsto na lei que transformou o Instituto de Higiene em Faculdade.

Da mesma maneira, aos cursos anexos, dentro de pouco tempo deverá ser acrescentado o de inspetores sanitários, em que está justamente interessado o Departamento de Saúde do Estado, e que virá dar aos médicos ou engenheiros sanitaristas, auxiliares competentes, devidamente preparados.

Peço perdão a todos, alunos, professores, assistentes e demais pessoas que me deram a honra de me ouvir, por ter tomado tanto tempo com esta exposição, a título de aula inaugural, principalmente a última parte, referente à evolução desta casa de ensino. Fi-lo, entretanto, por pensar deverem ser os nossos novos alunos bem informados do que é este estabelecimento e daquilo que pretende.

Eu disse, ao iniciar esta despreziosa aula inaugural, que a considerava mais como uma saudação aos nossos novos alunos. E, assim, terminá-la-ei, desejando a todos vós, das turmas de médicos sanitaristas, de educadores sanitários e de nutricionistas, uma feliz estada nesta Casa, que passa a ser vossa. Deveis estar certos de que nós, vossos professores, vos acompanharemos pelo ano em fora, como guias mais experimentados, na trilha que escolhestes, a fim de que, daqui saindo, possais ser ainda mais úteis à coletividade, e trabalhar pelo progresso da Pátria, que só será forte se puder contar com a saúde de seus filhos.

Aqui finalizo, recomendando-vos como incentivo para os trabalhos que ides agora iniciar, o lema do grande Oswaldo Cruz:

“Não esmorecer, para não desmerecer”.